

## CAPÍTULO 5

# Que tipo de comunicação pública foi empregada pelo Ministério da Saúde no Twitter ao longo da pandemia da COVID-19?

*Andressa Buttore Knies, Naiza Comel, Paulo Ferracioli, Jackeline Teixeira*

### Resumo

A comunicação pública empregada pelo Estado pode aumentar a transparência e melhorar os serviços governamentais, mas também pode ser utilizada prioritariamente para a conquista e a manutenção de poder. Em contextos de doenças infecciosas, torna-se ainda mais relevante que a comunicação atenda aos interesses dos cidadãos e divulgue informações precisas sobre sintomas, métodos de prevenção e de tratamento. Contudo, o Ministério da Saúde (MS) tem sido acusado de disseminar desinformação a respeito da pandemia da Covid-19. Diante desse contexto, este trabalho é norteado por três questões de pesquisa: 1) Quais informações sobre a Covid-19 foram divulgadas pelo MS no Twitter? 2) O MS utilizou essa plataforma para instruir a população acerca da nova doença ou priorizou uma comunicação instrumentalizada? 3) Em que medida a troca de ministros à frente da pasta interferiu na comunicação pública empregada pelo MS no Twitter? Para respondê-las, foram coletados todos os tweets publicados pela conta do Ministério entre 20 de março de 2020 e 15 de junho de 2021. Foram então selecionados somente aqueles que mencionavam uma das palavras-chave (a saber: Covid e Coronavírus). O corpus desta pesquisa compreende, portanto, 2.322 tweets. A estratégia metodológica aplicada é a Análise de Conteúdo léxica por meio do software Iramuteq. Os resultados indicam que 50,2% das publicações ao longo do período estudado tratam de Covid-19. O pico de postagens ocorreu já no início da crise sanitária – em abril de 2020. E, além de dedicar alguns tweets à defesa de medicamentos sem comprovação científica, o Ministério priorizou a promoção da imagem do governo e de atores políticos em detrimento do compartilhamento de informações importantes no combate à doença. O tema da vacinação, por sua vez, tornou-se frequente somente durante a gestão de Marcelo Queiroga, a partir de março de 2021.

**Palavras-chave:** comunicação pública; Ministério da Saúde; Twitter, Covid-19.

## 1. Introdução

A comunicação pública empregada pelo Estado pode aumentar a transparência e melhorar os serviços governamentais, mas também pode favorecer imagens de agentes públicos e ser utilizada prioritariamente para a conquista e a manutenção de poder (MIOLA, MARQUES, 2017). Em contextos de doenças infecciosas, torna-se ainda mais relevante que a comunicação pública atenda aos interesses dos cidadãos e divulgue informações precisas sobre sintomas, métodos de prevenção e de tratamento (MIOLA, MARQUES, 2020). A adoção de comportamentos preventivos – desde a higienização das mãos até a adesão a uma quarentena – exigem aceitação pública e, para isso, os cidadãos precisam receber informações corretas dos órgãos responsáveis (O’MALLEY, RAINFORD, THOMPSON, 2009). Contudo, o Ministério da Saúde – principal autoridade sanitária do Brasil e objeto de pesquisa deste trabalho – tem sido acusado de disseminar desinformação a respeito da pandemia da COVID-19, com o incentivo a tratamentos considerados ineficazes e a omissão de dados sobre o número de casos e o número de mortos<sup>1</sup>.

Além disso, a instituição esteve envolvida em conflitos públicos que levaram a mudanças no principal cargo de condução da pasta por quatro vezes. Luiz Henrique Mandetta, nomeado ministro em janeiro de 2019 (início do governo de Jair Bolsonaro), foi demitido em 16 de abril de 2020, sendo substituído por Nelson Teich, que permaneceu na pasta por menos de um mês – seu afastamento ocorreu em 15 de maio de 2020. Em seguida, o general Eduardo Pazuello assumiu como ministro interino e foi efetivado somente quatro meses depois, em 16 de setembro de 2020. E, em 15 de março de 2021, foi substituído por Marcelo Queiroga, que deste então ocupa o car-

---

<sup>1</sup> Ver: <https://www.aosfatos.org/noticias/seis-praticas-do-ministerio-da-saude-que-incentivam-desinformacao-sobre-pandemia/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

go<sup>2</sup>. As gestões de Luiz Henrique Mandetta e de Nelson Teich foram marcadas por discordâncias com o presidente Bolsonaro<sup>3</sup>. E além de desavenças internas, o Ministério teve atritos com a imprensa<sup>4</sup>, com entidades de classe<sup>5</sup> e com outros atores políticos<sup>6</sup> ao longo dos meses de pandemia. É preciso registrar, ainda, que está em curso, desde abril de 2021, uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal que busca investigar, principalmente, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento do coronavírus.

Esses acontecimentos sustentam o argumento de Silveira e Nascimento (2018) de que as doenças não se restringem ao resultado das interações entre o microrganismo e o hospedeiro, mas que as epidemias são eventos que interferem sobre os ordenamentos sociais, econômicos e políticos.

Diante desse contexto, este trabalho é norteado por três questões de pesquisa: 1) Quais informações sobre a Covid-19 foram divulgadas pelo Ministério da Saúde no Twitter? 2) O Ministério da Saúde utilizou essa plataforma para instruir a população acerca da nova doença ou priorizou o favorecimento de agentes políticos através de

---

2 Ver: <https://www.poder360.com.br/governo/queiroga-sera-o-4o-ministro-da-saude-de-bolsonaro-relembre-os-nomes/>. Acesso em: 17 ago. 2021.

3 Ver: <https://exame.com/brasil/apos-semanas-de-conflitos-bolsonaro-demite-mandetta/>; <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2020-05-15/confira-conflitos-entre-bolsonaro-e-teich-que-levaram-ao-pedido-de-demissao.html>. Acesso em: 17 ago. 2021.

4 Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/meios-de-comunicacao-sao-sordidos-diz-mandetta-sobre-cobertura-do-coronavirus.shtml>; <https://saude.ig.com.br/2021-01-07/pazuello-critica-imprensa-e-deixa-entrevista-coleitiva-sem-responder-perguntas.html>. Acesso em: 24 jun. 2021.

5 Ver: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/mandetta-critica-crm-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 24 jun. 2021

6 Ver: <https://www.poder360.com.br/governo/onix-diz-a-osmar-terra-que-teria-cortado-a-cabeca-de-mandetta/>; <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/12/11/mandetta-ataca-atuacao-do-governo-na-pandemia-intervencao-militar-burra.htm>. Acesso em: 24 jun. 2021.

uma comunicação instrumentalizada? 3) Em que medida a troca de ministros à frente da pasta interferiu na comunicação pública empregada pelo Ministério da Saúde no Twitter? Para respondê-las, foram coletados todos os tweets publicados pela conta do Ministério entre 20 de março de 2020 e 15 de junho de 2021. E após selecionados somente aqueles que tratavam da Covid-19, chegou-se a um corpus de 2.322 tweets – analisados através do software Iramuteq.

A investigação colabora com a construção do arcabouço de pesquisas sobre comunicação e política no contexto da pandemia de Covid-19. Ainda que outros pesquisadores já tenham se dedicado ao tema, estudando, por exemplo, a narrativa presidencial e a colaboração de líderes políticos para a desinformação (WEBER, 2021; USCINSKI et al., 2020; KALIL et al., 2021); a cobertura da imprensa e o papel das iniciativas de fact-checking na pandemia (PATATT, DA ROCHA, 2020; FERRAZ, 2020; DA SILVA, MEDEIROS, CERETTA, 2020) e a disseminação de teorias de conspiração nas mídias sociais (BRUNS, HARRINGTON, HURCOMBE, 2020; GRUZD, MAI, 2020), entende-se que, como processo ainda em desenvolvimento, a comunicação durante a pandemia necessita de novos estudos. Adiciona-se a isso a possibilidade de, após mais de um ano da decretação de calamidade pública no Brasil, o levantamento propiciar uma visão mais ampla da comunicação desenvolvida pelo Ministério da Saúde nas redes sociais.

Este trabalho é composto por cinco partes, além desta introdução. A seção seguinte aborda a comunicação pública de Estado e sua importância em momentos de crises sanitárias. A terceira seção discute o contexto de desinformação sobre a Covid-19. Em seguida, expõe-se os procedimentos metodológicos. Na quinta seção, os resultados são apresentados e, por fim, discutidos à luz da literatura.

## 2. Comunicação pública: entre o interesse público e a instrumentalização

São múltiplos os conceitos atribuídos à comunicação pública. E um deles é a comunicação de Estado, que deve ser norteada pelo interesse público (KUNSCH, 2013; JARAMILLO LÓPEZ, 2011; DUARTE, 2012; KOÇOUSKI, 2013, WEBER, 2017). Contudo, essa é uma realidade nem sempre verificada no dia a dia das ações governamentais. Como explicam Miola e Marques (2017), há tensões entre duas dimensões: a comunicação normativa do ponto de vista democrático e a comunicação política estratégica. A primeira segue a ideia de atender aos interesses da população; é aquela em que os esforços têm como função a promoção do debate público, da transparência e prestação de contas, da participação política e da prestação de serviços aos cidadãos. Por outro lado, há iniciativas comunicativas que priorizam a conquista e a manutenção do poder, por meio de construções de imagens dos próprios agentes públicos. Assim, reconhece-se a atuação de instituições e atores políticos que “privilegiam a retórica da representação e mecanismos de projeção pessoal” (WEBER, 2017, p. 24) ou ainda vieses claramente políticos de culto à personalidade (DUARTE, 2012).

Para Zémor (2012), mesmo a informação cívica parece carregar essa tentação de personalizar. Destaca-se aqui a recomendação do autor sobre campanhas relacionadas às grandes causas, como a que vemos agora: “(...) a comunicação institucional não pode ser apropriada por uma ‘assinatura’ demasiadamente personalizada ou muito politizada” (ZÉMOR, 2012, p. 239). Esta instrumentalização da comunicação de Estado para promoção de grupos e agentes, reforçam Miola e Marques (2017), constitui uma corrupção e a frequência com que isso acontece a transforma em um fenômeno que não pode ser ignorado pelos estudos da área.

Em texto mais recente, Miola e Marques (2020) investigam o tipo de comunicação empregada pelo Ministério da Saúde no Facebook durante a crise do Zika Vírus. E descobrem que, à época, a utilização da rede social do Ministério para construir a imagem da instituição e de seus gestores foi minoritária. Os autores ainda enfatizam a importância de se estudar a comunicação do Ministério da Saúde devido à alta quantidade de recursos financeiros envolvidos na formulação e veiculação de suas campanhas e à responsabilidade que tal instituição tem de orientar os cidadãos em períodos de crises epidemiológicas. A situação vivenciada agora apresenta ainda um diferencial: o número de informações falsas que circulam relativas à doença, ao tratamento e às vacinas. Refutá-las ou ignorá-las, apontam Sunstein e Vermeule (2009), tem vantagens e riscos. A consequência de abordá-las pode ser a ampliação da visibilidade das mensagens, atingindo um público mais amplo. Contudo, o silêncio do governo pode sugerir que ele não possui argumentos para contrapor os dados, possibilitando novas inferências da população. Connolly e colegas (2019), ao tratarem da comunicação no que consideram a “era da teoria de conspiração”, defendem a refutação e recomendam que os administradores públicos usem mensagens simples e claras, que compartilhem as informações por meio de administradores nos quais o público confia e que ajam para evitar a desinformação e para encorajar boas ações.

Holmes et al. (2009) recomendam para planejadores e comunicadores em contextos de doenças infecciosas emergentes: 1) em primeiro lugar, definir e chegar a um acordo sobre uma ou mais metas (podendo haver metas diferentes para determinados públicos ou situações) – objetivos pouco claros podem resultar em mensagens conflitantes; 2) em segundo lugar, todos os outros aspectos do planejamento e implementação das comunicações devem passar por uma lente ética; 3) representantes midiáticos também devem se envolver

nas discussões; e 4) deve-se atentar para a construção da confiança do público, já que os indivíduos dão credibilidade especial às fontes que conhecem (sejam familiares, amigos, médicos com os quais desenvolveram um relacionamento ou organizações que acreditam ser confiáveis). Sem a confiança da população, a eficiência da comunicação de risco diminui, o que afeta significativamente os esforços dos administradores de emergências de saúde (O'MALLEY, RAINFORD, THOMPSON, 2009).

Nesse sentido, o uso das redes sociais facilita a comunicação entre governo e cidadãos, em vista da utilização de uma linguagem mais informal (PORUMBESCU, 2016, 2017). As mídias sociais permitem ainda que governos se tornem provedores de informações, “contornando” as instituições midiáticas tradicionais e se comunicando diretamente com a população (GARLAND, TAMBINI, COULDRY, 2017). A utilização dessas plataformas midiáticas pode, portanto, ser uma estratégia positiva, especialmente quando mobilizadas as mais populares, como Facebook e Twitter, e em períodos de crise (De PAULA, DINCELLI, HARRISON, 2018). Ressalta-se que há também uma tendência de crescimento do uso destas plataformas durante emergências de saúde, como na pandemia do H1N1 (2009), surtos do Ébola (2013– 2016) e durante o período de grande incidência do Zika Vírus (2015 – 2016) (PINTO et al., 2020).

Contudo, criar uma conta no Twitter, por exemplo, não significa necessariamente que as agências governamentais estejam se comunicando de forma clara e significativa com os cidadãos (CONNOLLY et al., 2019). Assim, manter “ações governamentais alinhadas com políticas de comunicação são importantes para popularizar medidas de controle da doença e obter a colaboração da população para adotá-las” (RECUERO, SOARES, ZAGO, 2021, p. 3). Para Vasconcellos-Silva e Castiel (2020), no “mundo ideal” do contexto da pandemia, autoridades apresentariam, de forma totalmente transparente,

informações abundantes, objetivas e precisas. O papel do governo nesse momento, ainda de acordo com os autores, seria lançar mão de sua ampla visibilidade para gerar referências de segurança.

Graber (2003, p. 226) colabora com esse debate ao indicar que “a saúde social, política e econômica da nação depende da precisão e da oportuna transmissão por órgãos públicos de informações vitais (...)”<sup>7</sup>. E, em um contexto de pandemia, essas informações vitais incluem dados sobre vacinação, mortes, investimentos realizados e, principalmente, formas de prevenção e de tratamento.

### 3. Desinformação na pandemia

O combate às doenças é marcado historicamente por diversos tipos de resistências. A criação da primeira vacina, em 1796, (termo oriundo da varíola da vaca - vaccinia) foi marcada por dilemas filosóficos e teleológicos que perpassavam por punições e bençãos divinas (TOLEDO JÚNIOR, 2006). Um exemplo nacional e mais recente é a gripe espanhola que se difundiu no final da década de 1910. Em um contexto em que não havia consenso em relação à doença e que a única coisa que se sabia era que ela vinha “de fora”, as autoridades tiveram dificuldades para tomar atitudes efetivas. Dentre os motivos, a reação demorada ocorreu devido a uma crença das autoridades de que a gripe tinha caráter benigno, além do receio às reações sociais, uma vez que medidas como o isolamento e a quarentena eram extremamente impopulares porque contrariavam interesses econômicos e os pressupostos liberais (SILVEIRA, NASCIMENTO, 2018). Dessa forma, a população recorreu aos mais diversos remédios e práticas – as páginas de jornais abarcaram diversos anúncios de produtos

---

<sup>7</sup> “The nation’s social, political, and economic health hinges on the accurate and timely transmission by public agencies of vital information (...)” (Tradução própria).

que prometiam proteção ou cura contra a gripe espanhola (SILVEIRA, NASCIMENTO, 2018).

Na conjuntura atual, o combate ao Coronavírus apresenta um desafio diretamente relacionado à comunicação: a intensa circulação de informações falsas e enganosas que são difundidas mais facilmente pelas redes sociais digitais (RECUERO, SOARES, ZAGO, 2021). Autores definem a desinformação como conteúdo distorcido, manipulado ou falso, muitas vezes em formato de notícia, que busca enganar e atingir objetivos políticos (SOARES et al., 2021; BENNETT, LIVINGSTON, 2018).

Soares e colegas (2021) verificaram como a desinformação sobre a Covid-19 circulou no Twitter, Facebook e Instagram – em especial, as discussões sobre o uso de hidroxicloroquina como tratamento ou até mesmo cura para a doença. Os resultados apontam para uma polarização dos discursos em todas as redes analisadas, o que, segundo os pesquisadores, pode favorecer a exposição seletiva e dificultar a ação coletiva no combate à Covid-19. A disseminação de boatos infundados sobre o Coronavírus se assemelha à própria transmissão de doenças infecciosas: é possível identificar dados sobre a disseminação; há indivíduos que são resistentes e outros que são contagiados; e o resultado pode ser negativo ao paciente (LOVE, BLUMENBERG, HOROWITZ, 2020).

Não há, porém, como evitar o contato com esse conteúdo. Até mesmo aqueles que não procuram ativamente informações sobre a doença se deparam com rumores ao utilizarem as redes sociais digitais (TANDOC, LEE, 2020). Nesse sentido, essas plataformas midiáticas, a exemplo do Twitter, apresentam algumas affordances que contribuem com a disseminação de conteúdo incorreto: baixa atenção aos métodos científicos, possibilidade de se desencadear comportamentos histéricos e a própria enormidade do fluxo de informações (ROSENBERG, SYED, REZAI, 2020). As agências de checagem

brasileiras, inclusive, tiveram seu conteúdo dominado por textos destinados a demonstrar incorreções sobre o Coronavírus, o que reforça a amplitude desse tipo de conteúdo na esfera pública (CERON, DE-LIMA-SANTOS, QUILES, 2021).

Outro ponto que gera debates é a vacinação contra a Covid-19. Teixeira e Costa (2020), ao analisarem a circulação de informações enganosas sobre a vacinação da febre amarela, em 2016, já indicavam os resultados que campanhas antivacinas estavam provocando no país. Como exemplo, os autores citam estatísticas do Ministério da Saúde: a vacina contra a poliomielite, que alcançou 96,76% da população em 2014, e 98,29% em 2015, chegou a 84,2% em 2016. E a imunização contra a hepatite tipo A, que atingiu 97,07% da população em 2015, baixou para 71,57% em 2016. Os pesquisadores demonstram um cenário que se intensificou nos últimos dois anos: “[as informações falsas] colocam o ser humano no centro da decisão pela adoção ou repulsa à vacinação, isentando o indivíduo da responsabilidade coletiva pela saúde do corpo social” (TEIXEIRA, COSTA, 2020, p. 74). De forma geral, identificam na pesquisa a desconfiança na área da saúde em três anunciadores: o Estado, que regulamenta a vacinação; os médicos, que representam o campo do saber ou a expertise; e a indústria farmacêutica, que produz a vacina e representa a tecnologia ou o poder da ciência. No contexto da pandemia da Covid-19, as retóricas antivacina ganharam ainda mais expressão<sup>8</sup> e a imunização permanece estagnada em países mais ricos<sup>9</sup>.

Para Massarani e colegas (2021), a desinformação é especialmente grave no contexto da pandemia, notadamente por incluir autoridades (até mesmo o Presidente da República) que fizeram uso das

---

8 Ver: <https://istoe.com.br/movimento-antivacina-usa-pandemia-do-coronavirus-como-megafone/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

9 Ver: <https://veja.abril.com.br/mundo/a-revolta-da-vacina-por-que-a-imunizacao-emperra-nos-paises-ricos/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

redes para minimizar a gravidade da doença, atacar medidas de distanciamento e pôr em dúvida a segurança das vacinas. Esse é um ponto essencial no contexto brasileiro: a divulgação pelos próprios agentes políticos de informações falsas ou enganosas sobre o Coronavírus. No caso da hidroxiclороquina, por exemplo, em março de 2020, o então presidente Donald Trump se pronunciou publicamente a favor da droga e logo foi seguido pelo chefe de Estado brasileiro (TAVARES, OLIVEIRA JÚNIOR, MAGALHÃES, 2020). Isso representou o que ficou conhecido como resposta populista (CASARÕES, MAGALHÃES, 2021) ao fenômeno: além de terem negado inicialmente a gravidade da pandemia, esses governantes optaram por uma resposta rápida que resolveria todos os problemas decorrentes do vírus. A partir das manifestações de Jair Bolsonaro, cresceu o compartilhamento de conteúdo falso sobre o medicamento nas redes sociais, de acordo com a agência Aos Fatos (LIBORIO, FAVERO, 2020). A exposição de Bolsonaro a caixas de hidroxiclороquina em conferência do G20<sup>10</sup> e a pessoas que o esperam em frente à residência presidencial<sup>11</sup> mostra como o item se tornou essencial para o bolsonarismo (CASARÕES, MAGALHÃES, 2021). A atitude anticiência do presidente não é inédita, uma vez que Bolsonaro já havia defendido um medicamento contra o câncer, denominado fosfoetanolamina, que tampouco gozava de evidência científica<sup>12</sup>. Bolsonaro também questionou a eficácia das vacinas e criticou medidas de contenção do vírus, como o uso de máscaras e o isolamento social<sup>13</sup>.

10 Ver: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/26/bolsonaro-mostra-remedio-feito-com-hidroxiclороquina-em-reuniao-do-g20.htm>. Acesso em: 18 ago. 2021.

11 Ver: <https://jc.ne10.uol.com.br/politica/2020/07/11955546-em-live--jair-bolsonaro-ergue-remedio-e-apoiadores-saudam-cloroquina.html>. Acesso em: 20 ago. 2021.

12 Ver: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/insistencia-de-bolsonaro-com-cloroquina-relembra-episodio-da-pilula-do-cancer/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

13 Ver: <https://istoe.com.br/bolsonaro-diz-que-mascaras-sao-ficcao-e-ataca-medidas-de-protecao-contracovid/> ; <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/10/bolsonaro-quer-desobrigar-uso-de-mascara-por-vacinados-para-espe>

O discurso negacionista de Bolsonaro teve repercussões evidentes no comportamento público (DUARTE, 2020), com cidadãos que passaram a criticar e até mesmo desobedecer a medidas de isolamento determinadas pelos governos estaduais e municipais. As vendas de medicamentos como cloroquina e ivermectina dispararam<sup>14</sup> e, em dezembro de 2020, 22% dos brasileiros não pretendiam tomar a vacina contra a Covid-19<sup>15</sup> – dados que corroboram o que a literatura especializada já vem demonstrando: narrativas conspiracionistas podem de fato, alterar comportamentos individuais (STECULA, PICKUP; 2021; JOLLEY, DOUGLAS, 2014a; JOLLEY, DOUGLAS, 2014b).

#### 4. Estratégias metodológicas

Diante de todas essas discussões e, especialmente, da atuação de Jair Bolsonaro frente à pandemia, o objetivo deste trabalho é verificar qual foi a comunicação pública empregada pelo Ministério da Saúde nesse contexto. Propõe-se, portanto, três questões de pesquisa: 1) Quais informações sobre a Covid-19 foram divulgadas pelo Ministério da Saúde no Twitter? 2) O Ministério da Saúde utilizou essa plataforma para instruir a população acerca da nova doença ou priorizou o favorecimento de agentes políticos através de uma comunicação instrumentalizada? 3) Em que medida a troca de ministros à frente da pasta interferiu na comunicação pública empregada pelo Ministério da Saúde no Twitter?

---

cialistas-e-uma-temeridade.shtml ; <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4933605-bolsonaro-critica-a-coronavac-a-vacina-mais-aplicada-no-brasil.html> ; [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/03/11/interna\\_politica,1245676/mudou-o-discurso-confira-10-momentos-em-que-bolsonaro-foi-contr-a-vacina.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/03/11/interna_politica,1245676/mudou-o-discurso-confira-10-momentos-em-que-bolsonaro-foi-contr-a-vacina.shtml). Acesso em: 18 ago. 2021.

14 Ver: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/21/suposto-tratamento-contr-a-covid-19-venda-de-cloroquina-subiu-em-107.htm>. Acesso em: 18 ago. 2021.

15 Ver: <https://www.dw.com/pt-br/cresce-parcela-que-n%C3%A3o-quer-se-vacinar-contr-a-coronav%C3%ADrus/a-55919751>. Acesso em: 18 ago. 2021.

Para respondê-las, foram coletados todos os tweets publicados pela conta do Ministério entre 20 de março de 2020 – quando declarado o estado de transmissão comunitária do Coronavírus em todo o território nacional<sup>16</sup> – e 15 de junho de 2021 – quando as atividades da CPI da Covid-19 já ocorriam há mais de um mês<sup>17</sup>. A coleta dos tweets ocorreu através da linguagem de programação R, entre fevereiro e junho de 2021. Foram então selecionados somente aqueles que mencionavam uma das palavras-chave (a saber: Covid e Coronavírus). O corpus desta pesquisa compreende, portanto, 2.322 tweets.

A estratégia metodológica aplicada é uma Análise de Conteúdo léxica realizada através do software Iramuteq – programa que funciona através das linguagens de programação R e Python e que possibilita análises acerca da hierarquização e das relações entre os termos presentes nos textos. Os 2.322 tweets foram divididos em cinco segmentos de texto de acordo com a troca de ministros à frente da pasta: 1) entre 20 de março de 2020 (início do recorte temporal deste trabalho) e 16 de abril de 2020, Luiz Henrique Mandetta ocupou o cargo; 2) entre 17 de abril de 2020 e 15 de maio de 2020, foi a vez de Nelson Teich; 3) entre 16 de maio de 2020 e 16 de setembro de 2020, o general Eduardo Pazuello comandou a pasta como ministro interino; 4) entre 17 de setembro de 2020 e 15 de março de 2021, Pazuello ocupou o cargo como ministro; e 5) entre 16 de março de 2021 e 15 de junho de 2021, o cargo foi de Marcelo Queiroga (atual ministro da pasta)<sup>18</sup>.

16 Ver: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-454-de-20-de-marco-de-2020-249091587>. Acesso em 15 ago. 2021.

17 Ver: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/19/a-cpi-dia-a-dia>. Acesso em 15 ago. 2021.

18 Ver: <https://www.poder360.com.br/governo/queiroga-sera-o-4o-ministro-da-saude-de-bolsonaro-relembre-os-nomes/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

A seção seguinte começa apresentando a frequência de tweets publicados pelo Ministério ao longo dos meses estudados. Em seguida, são expostos os resultados da Classificação Hierárquica Descendente, ou método de Reinert – técnica que identifica coocorrências de termos e as distribui em classes de proximidade (CERVI, 2018). Além disso, alguns exemplos de tweets são utilizados para ilustrar os achados.

## 5. Resultados

O Gráfico 1 começa apresentando o número de tweets que trataram da pandemia da Covid-19 ao longo do período estudado. O pico de postagens ocorreu já no início da crise sanitária. Em abril de 2020, mês em que Henrique Mandetta foi substituído por Nelson Teich, o Ministério publicou 284 tweets, sendo 226 deles sobre a pandemia. O segundo maior número de tweets sobre a Covid-19 ocorreu em agosto de 2020, já com Pazuello comandando a pasta interinamente. Esse foi o mês de maior atividade da conta do ministério, com um total de 408 postagens, sendo 200 sobre o Coronavírus. Em contrapartida, os meses de outubro e de novembro de 2020 apresentam poucos tweets sobre a doença: 72 e 67, respectivamente. Ressalta-se que, ao longo de 2020, os meses com mais mortes em decorrência da Covid-19 foram julho e agosto. E essas estatísticas reduziram bastante em setembro, outubro e novembro, voltando a crescer exponencialmente a partir de dezembro<sup>19</sup>. Nota-se também que, mesmo com a explosão de mortes nos primeiros meses de 2021, o Ministério manteve uma média constante de tweets sobre a pandemia, além de não tratar tanto do assunto como o fez no início de 2020. Em fevereiro de 2021, com Pazuello à frente da pasta, o Ministério publicou 378 tweets, mas somente 161 mencionavam a Covid-19 – um dos meses mais críticos

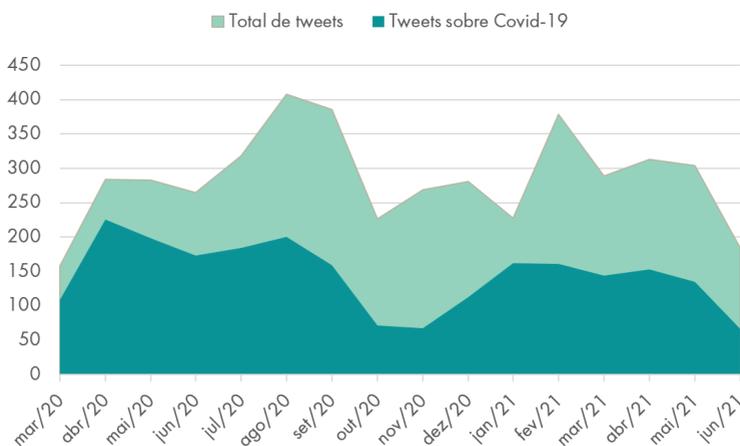
---

<sup>19</sup> Ver: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/08/13/brasil-registra-menor-media-movel-de-mortes-por-covid-desde-janeiro-media-de-casos-fica-abaixo-de-30-mil-apos-mais-de-8-meses.ghtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

## 140 — Que tipo de comunicação pública foi empregada pelo Ministério da Saúde no Twitter ao longo da pandemia da COVID-19?

da crise sanitária no Brasil, no qual ocorreram 30.484 mortes em decorrência da doença<sup>20</sup>. A partir de abril de 2021, nota-se uma queda nas menções à doença, o que demonstra que a CPI da Covid-19 não contribuiu para uma postura mais informativa por parte do Ministério.

Gráfico 1. Números de tweets publicados pelo ministério da saúde ao longo dos meses estudados

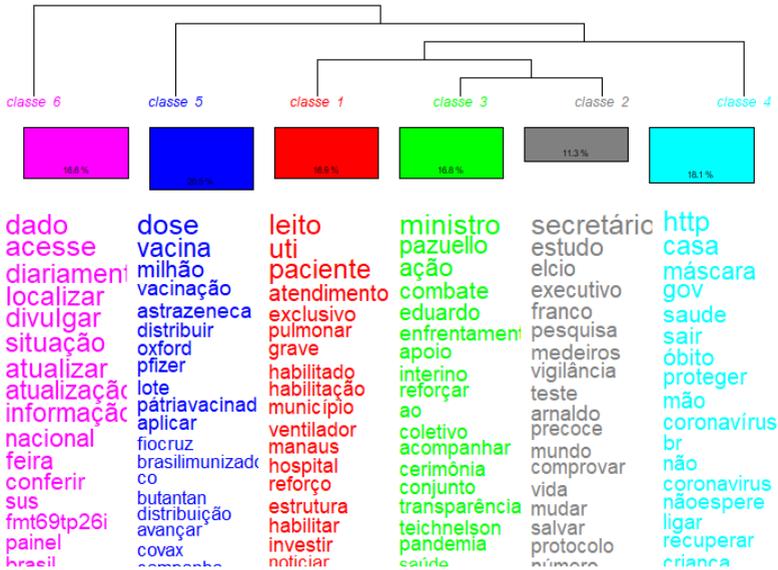


Fonte: os autores, com base no Twitter do Ministério da Saúde, 2021.

A Figura 1 apresenta o dendrograma do total de tweets analisados (os clusters formados a partir da frequência e da proximidade das palavras). O resultado mostra que todo o corpus desta pesquisa se divide em seis classes (ou grupos de palavras). As classes 1, 2 e 3, que correspondem a 16,9%, 11,3% e 16,8% do corpus, respectivamente, estão mais próximas entre si.

<sup>20</sup> Ver: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/01/brasil-tem-30484-mortes-por-covid-19-em-fevereiro-2o-maior-numero-em-toda-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: 15 ago. 2021.

Figura 1. Dendrograma a partir do total de tweets



Fonte: os autores, com base no Twitter do Ministério da Saúde, 2021.

Enquanto a classe 1 reúne palavras que remetem às políticas públicas relacionadas ao combate à pandemia, como “leito”, “UTI”, “atendimento”, “ventilador” e “hospital”, chama atenção nas classes 2 e 3 a menção a atores políticos e cargos relacionados ao Ministério da Saúde. Na classe 2 há destaque para Elcio Franco, ex-secretário executivo da pasta, que chegou a prestar depoimento à CPI da Covid-19 sobre o atraso na compra de vacinas e sobre a distribuição de insumos aos estados<sup>21</sup>. Outro ator político que aparece nessa classe é Arnaldo Correia Medeiros, atual secretário de vigilância da saúde<sup>22</sup>.

21 Ver: <https://veja.abril.com.br/politica/elcio-franco-ex-numero-2-de-pazuello-depoe-hoje-a-cpi-da-pandemia/>. Acesso em: 16 mar. 2021.

22 Ver: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/secretaria-de-vigilancia-em-saude-svs/arnaldo-correia-de-medeiros>. Acesso em: 15 ago. 2021.

## 142 — Que tipo de comunicação pública foi empregada pelo Ministério da Saúde no Twitter ao longo da pandemia da COVID-19?

Na classe 3, por sua vez, os termos “Pazuello”, “Eduardo”, “interino” e “teichnelson” (@ do ex-ministro no Twitter)<sup>23</sup> aparecem em destaque.

A frequente menção a ministros e outros atores políticos indica que a pasta optou por uma comunicação pública em que o tom personalista foi frequente ao longo da pandemia. Eduardo Pazuello, que exerceu o cargo à frente do ministério por mais tempo, foi mencionado em 159 tweets. Marcelo Queiroga vem em seguida com 89 tweets. Nelson Teich, que não permaneceu nem um mês no cargo, foi mencionado em 41 tweets e Luiz Henrique Mandetta em 29. O presidente Jair Bolsonaro, por sua vez, foi mencionado em 36 postagens – muitas delas, inclusive, tratam de vacinação, assunto já muito questionado pelo atual presidente.

#Brasilmunizado | O presidente @jairbolsonaro e o ministro Eduardo Pazuello apresentam plano de vacinação contra a #COVID19. Saiba mais sobre processo de desenvolvimento, aprovação e vacinação contra o coronavírus <https://t.co/R2ByQM8H4S> <https://t.co/5JDlyKakYV> (Ministério da Saúde, 21/12/20)<sup>24</sup>.

Destaca-se que também tweet mencionando Jair Bolsonaro e a produção de cloroquina e tweet que destaca a atual primeira-dama.

Diante da possibilidade da utilização da cloroquina para pacientes graves com #coronavírus, o @govbr está pensando em ampliar sua produção e o presidente @jairbolsonaro já autorizou o laboratório do @exercitooficial que produza e a mais o medicamento. (Ministério da Saúde, 21/03/2020)<sup>25</sup>.

Presidente do Conselho do Pátria Voluntária, a primeira-dama Michelle Bolsonaro convida todas as pessoas a exercerem a união e a solidariedade no combate à pandemia da #coronavírus. Acesse:

23 Ver: <https://twitter.com/TeichNelson>. Acesso em: 15 ago. 2021.

24 Ver: <https://twitter.com/minsaude/status/1340975542531575810>. Acesso em: 16 ago. 2021.

25 Ver: <https://twitter.com/minsaude/status/1241484286127149058>. Acesso em: 18 ago. 2021.

<http://patriavoluntaria.org> #BoraFazeroBem #Covid19 (Ministério da Saúde, 11/04/2020)<sup>26</sup>.

No que se refere à imagem institucional do governo, a frequência de tweets é ainda maior. Em 261 postagens, o ministério marca a conta @govbr, perfil oficial do Governo Federal no Twitter<sup>27</sup>.

#SAÚDENEWS Reforço para o SUS no combate à #COVID19 | Mais 364 leitos de suporte ventilatório pulmonar foram autorizados pelo @minsaude nesta quinta (10). Já são mais de 3,1 mil leitos desse tipo autorizados neste ano, totalizando um investimento de R\$ 176,3 milhões do @govbr (Ministério da Saúde, 10/06/2021)<sup>28</sup>.

#OcuidadoContinua | O @govbr está adquirindo mais de 100 milhões seringas e agulhas de diversos tipos para abastecer e preparar a estrutura do #SUS para a vacinação contra a Covid-19. Saiba mais: <https://t.co/LcAgHaNbHd> <https://t.co/ul9dFO4XOg> (Ministério da Saúde, 15/01/2021)<sup>29</sup>.

O @govbr continua reforçando o SUS para tratamento e assistência médica aos pacientes com coronavírus! Com isso, o @minsaude já habilitou, só entre abril e maio, 3.810 leitos de UTI (sendo 115 pediátricos). Saiba mais <https://bit.ly/2yHJlID> (Ministério da Saúde, 12/05/2020)<sup>30</sup>.

Ainda sobre a classe 2, é importante mencionar o destaque para a palavra “precoce” (que aparece em 52 tweets). E, apesar de ser um termo também utilizado pelo Ministério para defender um diagnóstico precoce, parte desses tweets defendem tratamentos que não possuem comprovação científica em relação a sua eficácia – 11 tweets do corpus mencionam, inclusive, a utilização da cloroquina. A

26 Ver: <https://twitter.com/minsaude/status/1249007307515715584>. Acesso em: 18 ago. 2021.

27 Ver: <https://twitter.com/govbr>. Acesso em: 18 ago. 2021.

28 Ver: <https://twitter.com/minsaude/status/1402999314763239431>. Acesso em: 18 ago. 2021.

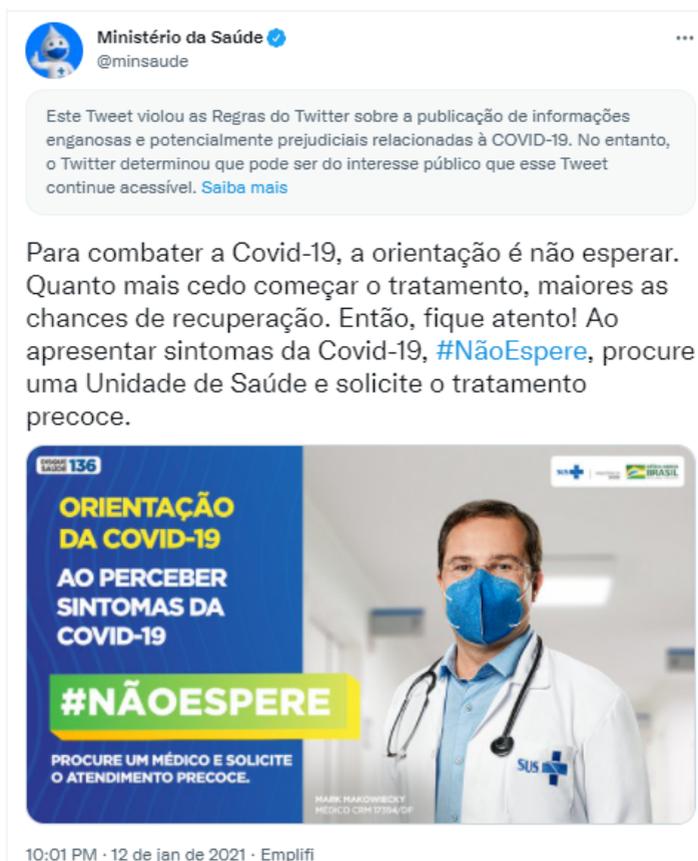
29 Ver: <https://twitter.com/minsaude/status/1350150531369500672>. Acesso em: 18 ago. 2021.

30 Ver: <https://twitter.com/minsaude/status/1260344121241280513>. Acesso em: 18 ago. 2021.

## 144 — Que tipo de comunicação pública foi empregada pelo Ministério da Saúde no Twitter ao longo da pandemia da COVID-19?

Figura 2 mostra uma publicação de 12 de janeiro de 2021 que defende o tratamento precoce e, por isso, foi sinalizada como enganosa pelo Twitter.

Figura 2. Tweet do Ministério da Saúde defendendo o tratamento precoce



Fonte: os autores, com base no Twitter do Ministério da Saúde, 2021.

A classe 4 também apresenta certa proximidade das classes 1, 2 e 3. Esse cluster reúne 18,1% do corpus e destaca alguns termos que remetem aos cuidados relacionados à doença, como “casa”, “máscara”, “proteger”, “mão”, “nãoespere” (hashtag utilizada pelo ministério) e “recuperar”. As máscaras são mencionadas em 61 tweets, a hashtag “#NãoSperar” foi utilizada 43 vezes, a higienização das mãos é sugerida em 30 tweets e, apesar do destaque à palavra “casa” (que é utilizada em outros contextos), o termo “distanciamento” aparece somente em 13 tweets – e em apenas um deles o ministério salienta que essa é a principal medida contra o coronavírus.

Distanciamento social é a medida mais efetiva contra o #coronavírus. Se for sair de casa, use #máscaradepano. Mas, ela não é recomendada para crianças menores de 2 anos, porque podem dificultar a respiração e aumentar o risco de asfixia: <http://saude.gov.br/coronavirus/#minhamáscara> (Ministério da Saúde, 04/06/2020)<sup>31</sup>.

Até aqui, chama atenção, portanto, que o Ministério tenha se dedicado mais a exaltar a imagem do governo e de atores políticos do que a compartilhar informações importantes no combate à doença. Ademais, mesmo que em uma frequência mais baixa, conclui-se que a rede social do Ministério também foi utilizada para defender medicamentos que não apresentam eficácia comprovada contra a Covid-19.

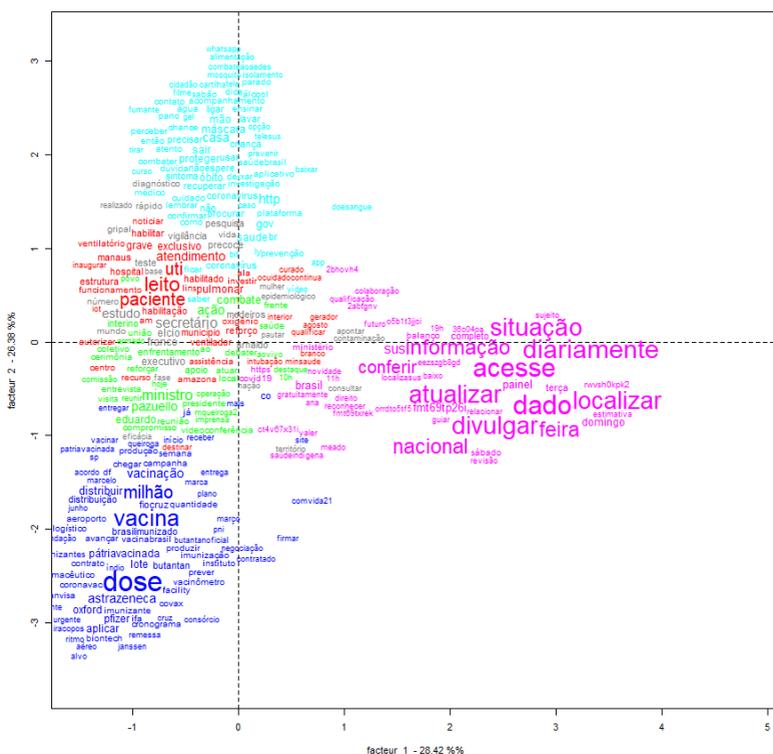
Finalizando as discussões sobre o dendrograma, as classes 5 e 6 são as que ficam mais distantes das demais. A classe 6 (que corresponde à 16,6% do corpus) reúne termos que remetem às informações e atualizações sobre a doença, como “dado”, “acesse”, “divulgar”, “atualizar”, “conferir” e “painel”. E a classe 5 corresponde à 20,5% do corpus e é a única que destaca termos relacionados à vacinação: “dose”, “vacina”, “vacinação”, “AstraZeneca”, “Oxford”, “Pfi-

31 Ver: <https://twitter.com/minsaude/status/1268606227279380480>. Acesso em: 16 ago. 2021.

## 146 Que tipo de comunicação pública foi empregada pelo Ministério da Saúde no Twitter ao longo da pandemia da COVID-19?

zer”, “lote”, “pátriavaciada” (hashtag), “Fiocruz”, “brasilimunizado” (hashtag), “Butantan” e “Covax”.

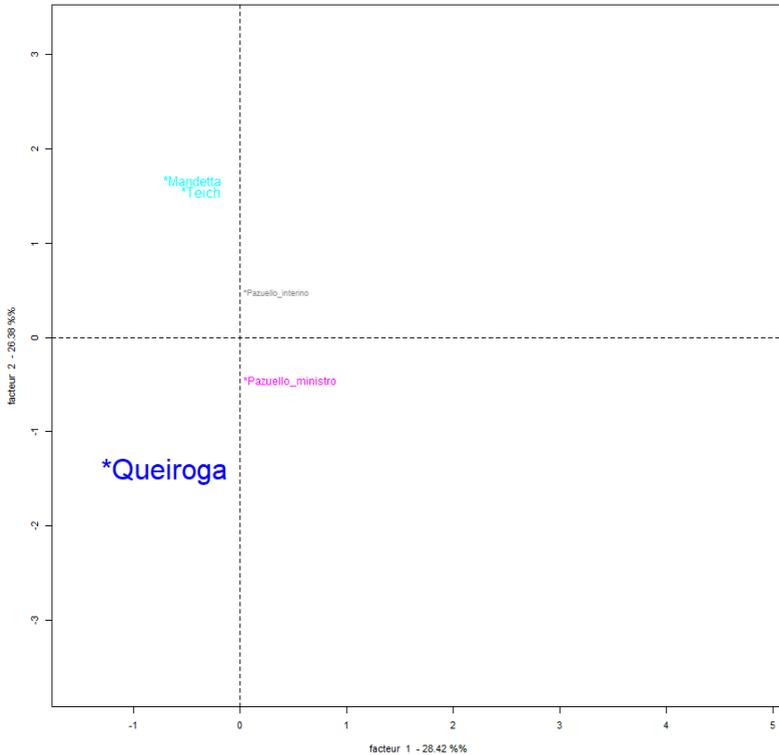
Figura 3. Distribuição das classes de termos no espaço



Fonte: os autores, com base no Twitter do Ministério da Saúde, 2021.

A Figura 3 mostra a distribuição de classes no espaço e confirma a proximidade das classes 1, 2 e 3. Enquanto a classe 4 se distancia levemente desse bloco, as classes 5 e 6 aparecem mais isoladas.

Figura 4. Distribuição dos ministros por classes



Fonte: os autores, com base no Twitter do Ministério da Saúde, 2021.

A Figura 4 apresenta como essas classes de palavras se distribuem de acordo com os ministros que atuaram à frente da pasta. E o resultado que mais chama atenção é a associação entre a classe 5, que destaca termos relacionados à vacinação, e a gestão de Marcelo Queiroga – o que indica que o Twitter do Ministério da Saúde passou a priorizar esse tema somente em março de 2021, dois meses depois

do início da vacinação<sup>32</sup>. A gestão de Eduardo Pazuello como ministro, por sua vez, fica mais próxima a classe 6, que reúne termos que remetem às informações e atualizações sobre a doença. Já as gestões de Mandetta, Teich e de Pazuello (como ministro interino) ficam muito próximas do bloco que reúne as classes 1, 2, 3 e 4 – com a gestão de Pazuello se aproximando mais da classe 2, que deu destaque a atores políticos como Elcio Franco e Arnaldo Correia Medeiros, e as gestões de Mandetta e Teich se aproximando mais da classe 4, que destaca termos relacionados à prevenção da doença.

## 6. Considerações finais

A comunicação pública pautada pelo interesse público (KUNSCHE, 2013; JARAMILLO LÓPEZ, 2011; DUARTE, 2012; KOÇOUSKI, 2013, WEBER, 2017) torna-se ainda mais relevante em momentos de crises epidemiológicas, quando a divulgação de informações claras e precisas impacta diretamente na saúde dos cidadãos. Nesse sentido, destaca-se a importância do Ministério da Saúde na popularização de medidas de prevenção e controle de doenças (MIOLA, MARQUES, 2020; RECUERO, SOARES, ZAGO, 2021) – função que pode ter como grande aliado o uso de redes sociais digitais, visto que estudos têm demonstrado as vantagens da utilização dessas plataformas por organizações públicas (PORUMBESCU, 2016, 2017; GARLAND, TAMBINI, COULDRY, 2017; DePAULA, DINCELLI; HARRISON, 2018).

Nesse sentido, este trabalho propôs três questões de pesquisa. A primeira questiona quais informações sobre a Covid-19 foram divulgadas pelo Ministério da Saúde no Twitter. Os dados apresentados demonstram que as informações divulgadas pelo Ministério não

---

<sup>32</sup> Ver em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-01/vacinacao-contra-covid-19-come%C3%A7a-em-todo-o-pais>. Acesso em: 16 ago. 2021.

privilegiaram recomendações legitimadas pela comunidade científica, como o distanciamento social. Destaca-se que apenas 13 tweets continham a palavra distanciamento e somente uma entre as 2.322 publicações analisadas o indicava como principal medida de proteção contra a doença. A utilização de máscaras, por sua vez, ocorreu em 61 tweets (o que corresponde somente a 2,62% do corpus). Sobre as vacinas, os resultados da análise apontam que o Ministério passou a apresentar a vacinação com mais destaque somente dois meses depois do início da campanha no país.

Ademais, o Ministério apresentou em sua rede social indicações que contrapõem o que defendem cientistas, como o chamado “tratamento precoce”. Inclusive, uma das postagens foi sinalizada pelo Twitter como falsa. Registra-se, desta forma, um problema grave na comunicação desenvolvida durante a pandemia pela pasta: em um contexto marcado por notícias falsas e enganosas (BRUNS, HARRINGTON, HURCOMBE, 2020), o cidadão não encontra referências de segurança nem mesmo nas informações compartilhadas pelo Ministério da Saúde.

Considerando especialmente a proeminência das redes sociais como espaço em que a população tem contato com informações, essa omissão do Ministério da Saúde em destacar as medidas sobre as quais havia consenso científico sobre sua efetividade demonstra como houve pouco sucesso em municiar a população com dados apropriados. A utilização de máscaras mais adequadas, como o modelo PFF2, por exemplo, foi um tema específico que sequer passou pelo radar do Ministério. Nesse ponto, caberia investigar a atuação de outros agentes, como as instituições de comunicação, sobre as quais parece ter recaído de modo mais intenso a tarefa de oferecer informações precisas sobre o combate à doença. Ainda que este trabalho não disponha de dados sobre a atuação da imprensa, a própria criação de um consórcio entre jornais e emissoras de TV para

apurar o número de infectados e mortos<sup>33</sup>, em paralelo aos números divulgados pelo órgão ministerial, é sinal robusto de que houve uma disputa de papéis no que diz respeito à divulgação de informações sobre a Covid-19.

A segunda pergunta de pesquisa questiona se o Ministério utilizou o Twitter para instruir a população acerca da nova doença ou se priorizou o favorecimento de agentes políticos através de uma comunicação instrumentalizada. Os resultados indicam que, além de defender em algumas postagens medicamentos sem eficácia comprovada, retórica frequentemente defendida por Jair Bolsonaro (MÁS-SARANI et. al. 2021; TAVARES, OLIVEIRA JÚNIOR, MAGALHÃES, 2020), os tweets que focam nas medidas de combate à doença foram menos frequentes do que os tweets que priorizam a imagem do governo e de agentes políticos – com destaque para o próprio presidente e os ministros que estiveram à frente da pasta. Esse é um ponto sensível do debate, visto que essa ênfase na projeção das imagens reduz o espaço para publicações de caráter educativo, essenciais em um contexto pandêmico. Os resultados verificados aqui corroboram aqueles encontrados na pesquisa de Pinto et al. (2020) no Instagram do Ministério. Naquela rede social, explicam os pesquisadores, as postagens priorizaram ações do governo para combater o vírus, estando em “segundo plano” informações de promoção de saúde. Ressalta-se que esse tipo de postagem apareceu de forma menos frequente durante a crise do Zika Vírus, em 2016 (MIOLA, MARQUES, 2020).

Por fim, a última questão trata sobre o impacto da troca de ministros à frente da pasta na comunicação pública empregada pelo Ministério da Saúde no Twitter. Nota-se que a alteração de ministros

---

33 Ver em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml>. Acesso em: 30 ago. 2021.

refletiu no perfil de comunicação do Ministério. Enquanto as gestões de Mandetta e Teich foram marcadas por temas relacionados à prevenção da doença, quando Eduardo Pazuello assumiu acentuam-se termos que remetem às informações e atualizações sobre a doença e o destaque a atores políticos, como o próprio Pazuello, Elcio Franco e Arnaldo Correia Medeiros. Por último, na administração de Marcelo Queiroga há maior ênfase a termos relacionados à vacinação.

Chama atenção a escassez do tema da vacinação ao longo da gestão de Pazuello, uma vez que o assunto já era bastante relevante – não só pelas negociações que países e laboratórios realizavam com intensidade ao longo do segundo semestre de 2020, mas também pelo início da aplicação das doses no Reino Unido, ainda em dezembro daquele ano, logo seguido por outras nações. No Brasil, entretanto, a vacina demoraria mais de um mês para começar a ser distribuída, vácuo que também foi percebido nos posts do Twitter da página ministerial.

A partir da implementação da CPI da Covid-19, no final de abril de 2021, nota-se que ocorre uma diminuição nas publicações que se referem à pandemia e na comunicação como um todo realizada pelo Ministério no Twitter. Tamanha retração é comparável ao que aconteceu no período de agosto a outubro de 2020, quando houve queda nas taxas de contágio e mortalidade. A CPI entrou em cena e o Ministério se recolheu, em vez de optar por uma postura de confronto no Twitter, propondo novas abordagens sobre a doença ou até mesmo relatando a versão que entende ser correta dos fatos mencionados na comissão parlamentar. É importante destacar, também, que nenhuma das postagens analisadas menciona a CPI. De acordo com Graber (2003), uma das estratégias de comunicação utilizadas por instituições públicas é a de evitar assuntos mais negativos as suas imagens institucionais – exatamente o que fez o Ministério da Saúde em relação a esse tema, pelo menos no Twitter.

Os dados analisados em conjunto indicam que não houve uma atuação consolidada do órgão ministerial nessa rede social digital. Cada mudança de ministro implicou em mudanças nos temas abordados nos tweets, não havendo uma linha editorial seguida ao longo de toda a pandemia pelo ente público. Se considerarmos a extrema gravidade da doença, que já dizimou mais de 550 mil vidas no Brasil, nota-se um baixo destaque à Covid-19 ao longo da pandemia, uma vez que, em alguns meses, o Coronavírus não chegou a ser mencionado nem na metade dos tweets publicados. Portanto, mais do que orientadas a um tipo de conteúdo ou influenciadas por eventos específicos, as postagens ocorreram sem qualquer uniformidade. De um órgão federal do qual se esperava coordenação e direcionamento de atividades, tampouco houve qualquer organização na atuação nessa rede social digital.

É importante ponderar que esta pesquisa também possui limitações. Ao optar por uma análise dos textos dos tweets, outras variáveis de impacto na rede social (imagens e vídeos) não entraram no escopo de verificação. Em outras palavras, algumas das publicações podem indicar o tema específico da Covid-19 apenas nestes recursos – a exemplo da apresentação das lideranças nas fotografias e vídeos veiculados. Acredita-se, inclusive, que este pode ser o foco de novas análises. Outra possibilidade de futuros estudos compreende verificar se a comunicação realizada pelo Ministério da Saúde sobre a Covid-19 em outras redes sociais, como Facebook e YouTube, apresenta outros aspectos relevantes. Futuras pesquisas podem abordar também se a projeção de imagem institucional e de agentes identificada aqui interfere na interação dos usuários com o Ministério por meio da rede social.

## Referências

BENNETT, W Lance; LIVINGSTON, Steven. The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. *European Journal of Communication*, v. 33, n. 2, p. 122–139, 2018.

BRUNS, Axel; HARRINGTON, Stephen; HURCOMBE, Edward ‘Corona? 5G? or both?’: the dynamics of COVID-19/5G conspiracy theories on Facebook. *Media International Australia*, p. 1-18, 2020.

CASARÕES, Guilherme; MAGALHÃES, David. The hydroxychloroquine alliance: how far-right leaders and alt-science preachers came together to promote a miracle drug. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 1, p. 197–214, 2021.

CERON, Wilson; DE-LIMA-SANTOS, Mathias-Felipe; QUILES, Marcos G. Fake news agenda in the era of COVID-19: Identifying trends through fact-checking content. *Online Social Networks and Media*, v. 21, 2021.

CERVI, Emerson Urizzi. Análise de conteúdo automatizada para conversações em redes sociais online: uma proposta metodológica. In: 42° Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu – Minas Gerais, 2018.

CONNOLLY, Jennifer M. et al. Communicating to the Public in the Era of Conspiracy Theory. *Public Integrity*, vol. 21, n. 5, p. 1-8, 2019.

DA SILVA, Marcelli Alves; MEDEIROS, Frida Bárbara; CERETTA, Kellen Alves. Covid-19 e fake news: análise das notícias verificadas no site “Fato ou fake”. *Chasqui - Revista Latinoamericana de Comunicación*, n.145, p. 119-136, 2020.

DePAULA, Nic; DINCELLI, Ersin; HARRISON, Teresa M. Toward a typology of government social media communication: Democratic goals, symbolic acts and self-presentation. *Government Information Quarterly*, v. 35, p. 98-108, 2018.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge. (Org.). *Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público*. 3 ed. São Paulo: Atlas, p. 59-71, 2012.

154 Que tipo de comunicação pública foi empregada pelo Ministério da Saúde no Twitter ao longo da pandemia da COVID-19?

DUARTE, Tiago Ribeiro. Ignoring scientific advice during the Covid-19 pandemic: Bolsonaro's actions and discourse. *Tapuya: Latin American Science, Technology and Society*, v. 3, n. 1, p. 288–291, 2020.

FERRAZ, Luiz Marcelo Robalinho. Saúde e política na crise da Covid-19: apontamentos sobre a pandemia na imprensa brasileira. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, v. 14, n.2, p. 273-278, 2020.

GARLAND, Ruth; TAMBINI, Damian; COULDRY, Nick. Has government been mediatized? A UK perspective. *Media, Culture & Society*, p. 1-18, 2017.

GRABER, Doris. *The power of communication*. Washington: CQ Press, 2003.

GRUZD, Anatoliy; MAI, Philip. Going viral: How a single tweet spawned a COVID-19 conspiracy theory on Twitter. *Big Data & Society*, vol. 7, n. 2, p. 1-9, 2020.

HOLMES, Bev; HENRICH, Natalie; HANCOCK, Sara; LESTOU, Valia. Communicating with the public during health crises: experts' experiences and opinions. *Journal of Risk Research*, vol. 12, n. 6, p. 793–807, 2009.

JARAMILLO LÓPEZ, Juan Camilo. Advocacy: uma estratégia de comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.). *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul: Difusão, p.61-80, 2011.

JOLLEY, Daniel, DOUGLAS, Karen M. The social consequences of conspiracism. *British Journal of Psychology*, vol. 105, n. 1, p. 35–56, 2014a.

JOLLEY, Daniel, DOUGLAS, Karen M. The effects of anti-vaccine conspiracy theories on vaccination intentions. *PLoS ONE*, vol. 9, n. 2, p. 1-9, 2014b.

KALIL, Isabela et al. Politics of fear in Brazil: Far-right conspiracy theories on COVID-19. *Global Discourse*, p. 1-17, 2021.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza (Org). *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. São Paulo: ECA/USP, p. 41-57, 2013.

KUNSCH, Margarida M. K. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas In: MATOS, Heloiza (Org). *Comunicação pública:*

interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, p. 3-13, 2013.

LIBORIO, Barbara; FAVERO, Bruno. Como a desinformação sobre cloroquina se multiplicou no Twitter após aval de Bolsonaro à droga. AOS FATOS, 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/como-desinformacao-sobre-cloroquina-se-multiplicou-no-twitter-apos-aval-de-bolsonaro-droga/>. Acesso em: 21 ago. 2021.

LOVE, Jennifer S.; BLUMENBERG, Adam; HOROWITZ, Zane. The Parallel Pandemic: Medical Misinformation and COVID-19. *Journal of General Internal Medicine*, v. 35, n. 8, p. 2435–2436, 2020.

MASSARANI, Luisa Medeiros et al. Infodemia, desinformação e vacinas: a circulação de conteúdos em redes sociais antes e depois da COVID-19. *Liinc em Revista*, v. 17, n. 1, p. 1-23, 2021.

MIOLA, Edna; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Comunicação pública do Ministério da Saúde no Facebook: uma análise das campanhas contra o *Aedes aegypti* no 'verão do Zika'. *Reciis - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, vol. 14, n. 1, p. 34-50, 2020.

MIOLA, Edna; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Por uma definição de comunicação pública: Tipologias e experiências brasileiras. In: *COMPOLÍTICA*, Porto Alegre, 2017. *Anais do VII Congresso da Compolítica*. Porto Alegre, 2017.

O'MALLEY, Peter; RAINFORD, John; THOMPSON, Alison. Transparency during public health emergencies: from rhetoric to reality. *Bull World Health Organ*, n. 87, p. 614–618, 2009.

PATATT, Caroline; DA ROCHA, Fernando Jesus. Jornalismo em tempos de Covid-19. *Revista GEMInS*, v. 11, n. 2, p. 67-80, 2020.

PINTO, Pâmela Araujo et al. COVID-19 no Instagram: práticas de comunicação estratégica das autoridades de saúde durante a pandemia. *Comunicação Pública [online]*, v. 15, n. 29, 2020.

PORUMBESCU, Gregory A. Linking public sector social media and e-government website use to trust in government. *Government Information Quarterly*, vol. 33, n. 2, p. 291-304, 2016.

PORUMBESCU, Gregory A. Linking Transparency to Trust in Government and Voice. *American Review of Public Administration*, vol. 47, n. 5, p. 520-537, 2017.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; ZAGO, Gabriela. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a Desinformação sobre COVID-19 no Twitter. *Contracampo*, v. 40, n. 1, p. 1-16, 2021.

ROSENBERG, Hans; SYED, Shahbaz; REZAI, Salim. The Twitter pandemic: The critical role of Twitter in the dissemination of medical information and misinformation during the COVID-19 pandemic. *CJEM*, v. 22, n. 4, p. 418-421, 2020.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. Epidemias do século XX: gripe espanhola e aids. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto. (org.). *História da Saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec, p. 284-327, 2018.

SOARES, Felipe Bonow et al. Cloroquina e desinformação sobre Covid-19 na mídia social do Brasil. In: MARTINS, Ana Taís; FREITAS, Camila (Org). *Pesquisas comunicacionais em interface com arte, tecnologia, religião, meio ambiente*. São Paulo: Pimenta Cultural, p. 274-292, 2021.

STECULA, Dominik. A., PICKUP, Mark. How populism and conservative media fuel conspiracy beliefs about COVID-19 and what it means for COVID-19 behaviors. *Research & Politics*, 2021.

SUNSTEIN, Cass R.; VERMEULE, Adrian. Conspiracy Theories: Causes and Cures. *The Journal of Political Philosophy*, vol. 17, n. 2, p. 202-227, 2009.

TANDOC, Edson C.; LEE, James Chong Boi. When viruses and misinformation spread: How young Singaporeans navigated uncertainty in the early stages of the COVID-19 outbreak. *New Media & Society*, 2020.

TAVARES, Leonardo Pereira; OLIVEIRA JÚNIOR, Francisco Lima De; MAGALHÃES, Marina. Análise dos discursos do Presidente Jair Bolsonaro em meio à pandemia: o coronavírus é só uma "gripezinha"? *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, 2020.

TEIXEIRA, Adriana; COSTA, Rogério da. Fake news colocam a vida em risco: a polêmica da campanha de vacinação contra a febre amarela no Brasil.

Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, v. 14, n. 1, p. 72-89, 2020.

TOLEDO JÚNIOR, Antônio Carlos de Castro. Variola: a morte da grande assassina. In: TOLEDO JÚNIOR, Antonio Carlos de Castro (org.). Pragas e Epidemias: histórias de doenças infecciosas. Belo Horizonte: Folium, 2006.

USCINSKI, Joseph E. et al. Why do people believe COVID-19 conspiracy theories? Misinformation Review, p. 1-12, 2020.

VASCONCELLOS-SILVA, Paulo R.; CASTIEL, Luis David. COVID-19, as fake news e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 7, p. 1-12, 2020.

WEBER, Maria Helena. A perversa narrativa presidencial e a comunicação pública. In: SAMPAIO, Rafael; SARMENTO, Rayza; CHAGAS, Viktor (Org). Comunicação e política no contexto da pandemia: breves reflexões. Curitiba: Compolítica / Carvalho Comunicação, p. 31-40, 2021.

WEBER, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (Org). Comunicação pública e política: pesquisa e práticas. Florianópolis: Insular, p. 23-56, 2017.

ZÉMOR, Pierre. As formas da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge. (Org.). Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 3 ed. São Paulo: Atlas, p. 214-245, 2012.

## Sobre os autores

### Andressa Buttore Kniess

Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná.  
E-mail: [andressakniess@gmail.com](mailto:andressakniess@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1337-5376>

158 — Que tipo de comunicação pública foi empregada pelo Ministério da Saúde no Twitter ao longo da pandemia da COVID-19?

**Naiza Comel**

Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná. Email: [naizacomel@gmail.com](mailto:naizacomel@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8525-0468>

**Paulo Ferracioli**

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: [ferracioli.paulo@gmail.com](mailto:ferracioli.paulo@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9355-3365>.

**Jackeline Teixeira**

Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: [jackeline\\_st@hotmail.com](mailto:jackeline_st@hotmail.com).

